

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO PIQUIRI

CNPJ:13.401.522/0001-47

Estado do Paraná

CONTRATO DE RATEIO Nº 008/2020 MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA

I – PARTES CONTRATANTES

O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA inscrito no CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, 299, Centro, Cidade de Cafelândia, Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Estanislau Mateus Frans, brasileiro, inscrito no CPF nº 097.657.519-15 e RG nº 1.018.791/PR, residente e domiciliado no Município de Cafelândia, Estado do Paraná e O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO PIQUIRI, constituído sob a forma de associação pública, pessoa jurídica de direito público, administração indireta do ente, com sede administrativa a Rua São Joao, nº 354, na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 13.401.522/001-47, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Carlos Antônio Reis, Prefeito do Município de ANAHY, portador do CPF nº 525.179.269.72 RG nº 3.926.005-0/PR, celebram o presente CONTRATO DE RATEIO, o qual se regerá pela Lei Federal 11.107/2005, pelo Decreto Federal 6.017/2007, pela Portaria STN/SOF nº 72/2012, nos Termos do Protocolo de Intenções e Estatuto, e pelo Contrato de Consórcio público e de acordo com as Assembleias deliberativas realizadas na data de 04.07.2019 e na data 12.12.2019 bem como os demais atos normativos que regem a matéria, têm entre si justo e contratado conforme cláusulas a seguir:

II – DO OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui-se como Objeto do presente CONTRATO DE RATEIO, os Repasses Financeiro para:

- A) Custeio das Despesas de Manutenção e Investimentos, decorrentes da operacionalização do Consorcio para o Exercício de 2020 de forma a assegurar as obrigações legais e a continuidade de funcionamento, execução dos objetivos e finalidades do Consorcio, de acordo com o Protocolo de Intenções e Estatuto, e nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05, pelo Decreto Federal 6.017/2007, no valor de R\$ 19.065,45 (dezenove Mil, sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) conforme detalhamento Constante do Anexo I integrante ;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO PIQUIRI

CNPJ:13.401.522/0001-47

Estado do Paraná

- B) Despesas de serviços Mão de Obra para execução do Convenio Itaipu Implementação de Pavimentação Asfáltica – Tratamento Superficial Triplo (TST) no Valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil) conforme Detalhamento do ANEXO II integrante.

Parágrafo Único. – Consideram-se despesas do CONSÓRCIO, entre outras:

- a) Despesas de Pessoal e Encargos; serviços de terceiros pessoas físicas e jurídicas, encargos gerais e financeiros, material de consumo, despesas com locomoção, restituições, bens moveis e equipamentos , terceirizações de serviços para infraestrutura do Consorcio, contrapartida de convênios demais despesas de manutenção, até o limite do Valor Anual Previsto na Clausula Primeira.

III – DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA – As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações:

I - Compete ao CONSÓRCIO:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO;
- b) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados;
- c) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral e /ou Extraordinárias, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados;
- b) apresentar, por meio de sistema de gestão de consórcio, relatórios ao CONSORCIADO dos repasses recebidos, rateio das despesas com administração através de transparência e /ou quando solicitado e demais normas legais.
- d) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste CONTRATO.

II - Compete ao CONSORCIADO:

- a) Consignar na Lei Orçamentaria Anual – LOA e /ou por créditos adicionais dotação para o Consorcio Público de acordo com o Presente Contrato de Rateio nos Termo da Contabilidade aplicada ao setor Público;
- b) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO PIQUIRI

CNPJ:13.401.522/0001-47

Estado do Paraná

CONSÓRCIO, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada;

- c) Informar ao CONSÓRCIO, por escrito, qualquer inconformidade dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas;
- d) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente CONTRATO;
- f) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO.

IV – DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA – O Valor do presente Contrato de Rateio no montante de R\$ 112.065,45, serão repassados ao Consorcio conforme abaixo especificado:

I - Valor do Objeto subitem “a” de R\$ 19.065,45 (dezenove Mil, sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) ocorrerá em parcelas variáveis e/ou fixas no decorrer do exercício de 2020 conforme efetiva execução das despesas.

II- Valor do Objeto subitem “b” No valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) ocorrerá em parcelas solicitadas nos termos do Cronograma de Execução dos Serviços Contratados no decorrer do Exercício de 2020 conforme Legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro – O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e atendimento de Contrapartidas de Convênios e mais despesas variáveis devidamente aprovadas em assembleia.

Parágrafo Segundo – O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária ou depósito na conta corrente do CONSÓRCIO, no:

- a) Banco do Brasil, Agência nº 2347-7 Nova Aurora PR, conta corrente 85411-5,

Parágrafo Terceiro: O prazo para transferência de recursos ao Consórcio Intermunicipal do Piquiri relativo ao Contrato de Rateio do subitem “a” do Objeto será até o dia 20 de cada Mês conforme ofícios mensais.

Parágrafo Quarto O prazo para transferência de recursos ao Consórcio Intermunicipal do Piquiri relativo ao Contrato de Rateio do subitem “b” do Objeto será até 5(cinco) dias da

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO PIQUIRI

CNPJ:13.401.522/0001-47

Estado do Paraná

apresentação do Cronograma de execução e respectiva solicitação que ocorrerá através de Ofícios

V – DO RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUARTA – As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Exercício de 2020 dos Municípios pela Secretaria e/ou Departamento conforme Estrutura Administrativa do CONSORCIADO, e através de Créditos Adicionais e especial conforme ANEXOS I – II integrante.

Parágrafo Único – A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei Federal n 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

VI – DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA – O presente instrumento terá vigência até 31 de dezembro de 2020

VII – DAS PENALIDADES

CLÁUSULA SEXTA – O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público firmado, Estatuto do CONSÓRCIO e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05 (Lei Geral dos Consórcios Públicos).

CLÁUSULA SETIMA – As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CONSÓRCIO ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO.

IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA OITAVA – O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir da data de sua assinatura passando a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2020.

CLÁUSULA NONA – O presente instrumento será rescindido no caso de o CONSORCIADO deixar de integrar o CONSÓRCIO, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CONSÓRCIO.

Parágrafo Único: A rescisão prevista na clausula Nona, será submetida à deliberação em assembleia e sua aprovação ocorrerá somente mediante a quitação de todos os débitos

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO PIQUIRI

CNPJ: 13.401.522/0001-47

Estado do Paraná

existentes das despesas já executadas na data de solicitação do CONSORCIADO até o encerramento do exercício o qual estiver solicitando.

X – DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Nova Aurora, Paraná para dirimir as dúvidas emergentes do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Nova Aurora, Estado do Paraná, em 20 de Dezembro de 2019

CARLOS ANTONIO REIS

Prefeito do Município de Anahy

Presidente Consorcio Intermunicipal do Piquiri

Município de CAFELÂNDIA

Estanislau Mateus Frans

Prefeito Municipal

CONSORCIADO

Governo Municipal de Cafelândia
Lorenço Pierdoná
Prefeito em Exercício

Testemunhas:

1- _____

Nome:

CPF nº

2 - _____

Nome:

CPF nº

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO PIQUIRI

CNPJ: 13.401.522/0001-47

Estado do Paraná

CONTRATO DE RATEIO Nº 008/2020

Consortado: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

Manutenção e Investimentos Decorrente da operacionalização
Do consorcio para o Exercício de 2020

Manutenção Consorcio Intermunicipal do Piquiri DETALHAMENTO DAS DESPESAS	Classificação Despesas	Rateio Anual Municípios
I - DESPESAS CORRENTES		R\$ 14.520,00
PESSOAL E ENCARGOS		R\$ 7.136,36
Vencimentos e Vantagens	3.1.71.00.00	5.453,18
Obrigações Patronais (INSS)	3.1.71.00.00	1.246,93
Obrigações Patronais (FGTS)	3.1.71.00.00	436,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Material de Consumo	3.3.71.70.00	1.454,55
SERVIÇOS TERCEIROS P. FISICA	3.3.71.70.00	90,91
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOAS JURIDICAS	3.3.71.70.00	3.810,91
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	3.3.71.70.00	1.572,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.3.71.70.00	454,55
II - DESPESAS DE CAPITAL		R\$ 4.545,45
Equipamento e Material Permanente	4.4.71.70.00	454,55
VEICULO APOIO CONSORCIO PUBLICO	4.4.71.70.00	4.090,91
TOTAL ORÇAMENTO PUBLICO (III +IV)		R\$ 19.065,45


ANEXO II

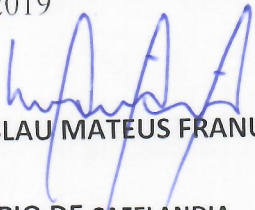
Demonstrativo de Despesas de Serviços de Mão de Obra para execução do Convenio Itaipu
Implementação de Pavimentação Asfáltica – Tratamento Superficial Triplo (TST)

MAO DE OBRA TERCEIRIZADA

Consortio Intermunicipal do Piquiri DETALHAMENTO DAS DESPESAS	Classificação Despesas	Rateio Anual Municípios
I - DESPESAS CORRENTES		R\$ 93.000,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	3.3.72.34.00.00	R\$ 93.000,00
Total GERAL - ANEXO I+II)- EXERCICIO DE 2020		R\$ 112.065,45

Nova Aurora em 20 de Dezembro de 2019


CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito do Município de Anahy
Presidente Consorcio Intermunicipal do Piquiri


ESTANISLAU MATEUS FRANUS
Prefeito
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA

Governo Municipal de Cafelândia
Lorenço Pierdoná
Prefeito em Exercício